

VELHICES LGBT+ EM SALVADOR: VIDAS QUE RESISTEM, DIREITOS QUE URGEM



**DIAGNÓSTICO, REFLEXÕES E
PROPOSTAS POR UMA POLÍTICA
PÚBLICA INCLUSIVA E
ANTIDISCRIMINATÓRIA**

SALVADOR- JUNHO/2025





ÍNDICE

- 02** Apresentação
- 05** A velhice LGBT+ como urgência política
- 07** Viver LGBT+ Além dos 60: O que dizem os dados
- 11** Velhices LGBT+: A geração que abriu caminho
- 13** Por uma política pública que respeite as velhices LGBT+
 - Revisão do Estatuto do Idoso
 - Carta às ILPIs (Instituições de Longa Permanência) da Bahia
 - Propostas legislativas (municipais e estaduais)
 - Ações prioritárias
- 17** Conclusão
Envelhecer fora do armário é um direito
- 19** ANEXOS
 - Trechos da carta aberta às ILPIs
 - Link do Estatuto do Idoso
- 20** Referências
- 21** Créditos Técnicos

Apresentação

Vivemos em uma sociedade que valoriza a juventude e silencia a velhice — e quando falamos de pessoas idosas LGBT+, o silenciamento é ainda mais cruel. Invisíveis nas políticas públicas, nos serviços de saúde, nas campanhas institucionais e até dentro da própria comunidade LGBT+, homens e mulheres gays, lésbicas, bissexuais, travestis, pessoas trans e não binárias que atravessaram décadas de repressão, exclusão e violência agora enfrentam uma nova camada de esquecimento: o apagamento da sua velhice.

É para romper esse silêncio que o Grupo Gay da Bahia (GGB) apresenta esta cartilha. O documento reúne dados inéditos da pesquisa “Viver LGBT+ Além (60+): Diagnóstico do Envelhecimento da População LGBT+ de Salvador”, além de reflexões críticas, recomendações políticas e um chamado coletivo à ação.

Pela primeira vez, uma geração inteira de pessoas LGBT+ está chegando à terceira idade — algo impensável há algumas décadas, quando o medo, a marginalização e a epidemia de HIV/AIDS ceifavam precocemente tantas vidas. Esse marco histórico exige reconhecimento, memória e, sobretudo, dignidade. Não basta envelhecer; é preciso envelhecer com respeito, visibilidade e direitos garantidos.

Mais que um diagnóstico, esta cartilha é um instrumento de denúncia, sensibilização e transformação. Os dados aqui apresentados revelam um retrato alarmante de solidão, precariedade e exclusão institucional, mas também apontam caminhos possíveis para a criação de políticas públicas mais justas, inclusivas e acolhedoras.

Destinada a profissionais da saúde, gestores públicos, parlamentares, assistentes sociais, educadores, pesquisadores, lideranças comunitárias, juventudes LGBT+ e toda a sociedade civil comprometida com os direitos humanos, esta cartilha é um convite ao cuidado intergeracional e à responsabilidade coletiva.

Que as experiências aqui narradas sirvam de alerta, inspiração e motor de mudança. Porque envelhecer fora do armário é um direito humano inegociável. E a geração que resistiu, lutou e construiu o caminho até aqui não pode mais ser abandonada.



A velhice LGBT+ como urgência política

O envelhecimento da população brasileira é um processo demográfico já consolidado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o número de pessoas com 60 anos ou mais chegou a 32,1 milhões, representando 15,1% da população nacional. Projeções indicam que, até 2030, os idosos ultrapassarão em número as crianças e adolescentes com até 14 anos, o que configura um fenômeno inédito no país (IBGE, 2023).

Entretanto, quando se fala em velhice, raramente se considera que parte dessa população também é composta por pessoas LGBT+. Esse apagamento institucional e cultural revela o quanto a experiência da velhice ainda é marcada por uma noção universalizante, que desconsidera marcadores de diferença como orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe e trajetória de exclusão.

Autores como Judith Butler e Richard Miskolci problematizam a forma como os corpos dissidentes – aqueles que não se alinham às normas de gênero e sexualidade hegemônicas – são sistematicamente desautorizados e marginalizados, sobretudo em contextos onde a norma cis-heterossexual é a base da cidadania. No campo do envelhecimento, isso se intensifica: envelhecer sendo LGBT+ é resistir em um corpo que, por não corresponder aos padrões de juventude e heteronormatividade, se torna duplamente indesejado – socialmente e institucionalmente.

Além disso, o envelhecimento LGBT+ se dá em uma conjuntura histórica marcada por múltiplas perdas. Durante os anos de ditadura militar e nas décadas seguintes, muitas dessas pessoas viveram suas identidades de forma clandestina, sujeitas à repressão policial, ao abandono familiar e à marginalização econômica. Nos anos 1980 e 1990, a epidemia de HIV/AIDS dizimou grande parte da comunidade gay e trans, especialmente no Brasil urbano, com forte impacto em cidades como Salvador. O Estado, à época, foi omisso e negligente, e parte significativa das vítimas morreu sem qualquer assistência.

A velhice LGBT+ como urgência política

Hoje, as pessoas que sobrevivem a esse percurso histórico enfrentam a velhice com poucos recursos, laços familiares fragilizados e escassas redes de apoio. Muitas não tiveram filhos, não conseguiram se aposentar formalmente e seguem vivendo na informalidade ou com benefícios mínimos. A pesquisa “Viver LGBT+ Além (60+)”, realizada pelo Grupo Gay da Bahia em 2025, confirma esse cenário: metade dos entrevistados moram sozinhos, mais de 30% relataram violência ou discriminação por sua identidade de gênero ou sexualidade na velhice, e 71,9% não utilizam nenhum serviço público voltado a idosos ou pessoas LGBT+.

O etarismo – ou idadismo – agrava esse quadro. Como bem apontam estudiosos do campo dos direitos humanos, o preconceito contra pessoas idosas é um dos menos discutidos e combatidos no Brasil, mesmo sendo amplamente disseminado na cultura midiática, nos espaços públicos e até dentro da própria comunidade LGBT+. Como reforça Amaya Pérez Orozco, o cuidado não é apenas uma necessidade individual, mas uma responsabilidade coletiva. O abandono das velhices LGBT+ denuncia o quanto nossa sociedade ainda valoriza apenas os corpos produtivos, desejáveis e domesticáveis.

É também importante reconhecer que o Brasil ainda não possui políticas públicas amplas e específicas voltadas à população LGBT+ idosa. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), embora represente um avanço em termos de proteção legal, não contempla de forma explícita as especificidades de gênero e sexualidade. A falta de centros de acolhimento, casas de convivência, políticas de saúde integral e campanhas de prevenção voltadas a essa população escancara o abismo entre o reconhecimento formal e a efetivação concreta dos direitos.

Mais grave ainda é a constatação de que a violência contra pessoas LGBT+ não diminui com a idade – ela apenas muda de forma. Em vez da agressão física direta, surge o abandono institucional, o descaso no atendimento médico, o silêncio nas políticas sociais. Como afirmava Simone de Beauvoir, “não se nasce idoso, torna-se” — e nesse tornar-se está inscrita a experiência do abandono ou da resistência.

Tratar da velhice LGBT+ é, portanto, mais do que dar visibilidade a um grupo específico: é disputar a ideia de cidadania, de dignidade e de pertencimento. É afirmar que envelhecer com orgulho não pode ser um privilégio, mas um direito humano.

O Diagnóstico: Viver LGBT+ Além dos 60 em Salvador

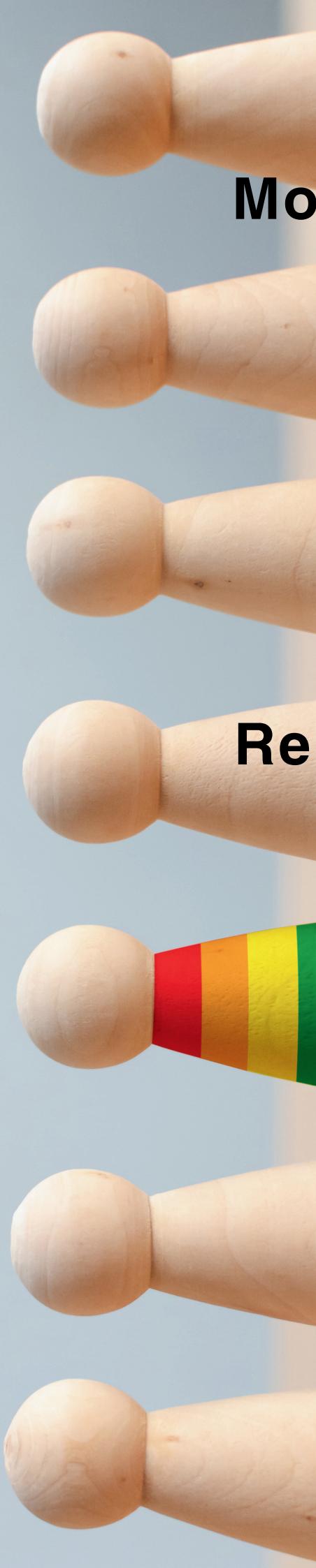
Em 2025, o Grupo Gay da Bahia (GGB) realizou uma pesquisa inédita com o objetivo de mapear a realidade da população LGBT+ idosa residente em Salvador. Com 32 participantes com 60 anos ou mais, o estudo evidencia um cenário marcado por solidão, insegurança econômica, discriminação persistente e ausência de políticas públicas efetivas. A seguir, apresentamos os principais achados, traduzidos em linguagem acessível e crítica.

Perfil dos participantes



A maioria das pessoas entrevistadas (62,5%) está na faixa etária entre 60 e 64 anos, o que indica que a entrada na velhice LGBT+ está se consolidando como realidade populacional. Em termos de identidade sexual, a maior parte dos respondentes se identifica como gay (78,1%), seguido por lésbicas (12,5%) e outros grupos como bissexuais e pansexuais em menor proporção. Em relação à raça/cor, o grupo é predominantemente branco (53,1%), mas inclui também pessoas pardas (31,3%) e pretas (15,6%).

Esses dados já revelam um recorte importante: a população LGBT+ idosa não é homogênea, mas atravessada por múltiplas identidades e desigualdades estruturais. As experiências de racismo, por exemplo, somam-se à LGBTfobia e ao etarismo, agravando o quadro de exclusão.



Moradia e isolamento

A pesquisa revela um dado alarmante: 50% das pessoas entrevistadas moram sozinhas. Apenas 31,3% vivem com cônjuges ou companheiros(as), e uma parcela ainda menor reside com familiares. Esse índice de isolamento é significativamente maior do que o da população idosa brasileira em geral, segundo o IBGE, e reflete a realidade de muitos LGBT+ que não constituíram famílias nos moldes tradicionais, foram expulsos de casa ou romperam vínculos familiares em função da sua identidade.

A solidão, portanto, não é apenas uma condição emocional, mas um marcador estrutural da velhice LGBT+, com implicações profundas sobre saúde física, bem-estar mental e redes de cuidado.

Renda e aposentadoria

Outro dado preocupante é a vulnerabilidade econômica. Embora a maioria declare ter algum tipo de renda, 12,5% afirmaram não possuir rendimento algum, e outros 12,5% preferiram não responder — o que pode indicar vergonha ou insegurança. Apenas 34,4% ganham até R\$ 5.500,00 mensais, valor que já está muito distante da realidade de conforto financeiro necessário para suprir as necessidades da velhice.

No que diz respeito à aposentadoria, apenas 34,4% estão formalmente aposentados(as). A maioria se enquadra na categoria “outros”, o que pode indicar informalidade, trabalho precário, ou situações de invisibilidade institucional. Esse dado reforça o histórico de exclusão do mercado formal vivido por muitas pessoas LGBT+, em especial pessoas trans, negras e pobres.

Discriminação e violência

Apesar da idade, a violência não cessa. O levantamento mostra que 43,8% dos participantes já foram repreendidos, ameaçados ou agredidos por demonstrarem afeto em espaços públicos ou privados. Além disso, 31,3% afirmaram ter sido alvo de violência ou discriminação especificamente na velhice por serem LGBT+, e a mesma proporção relatou violência apenas por serem idosos.

Os principais agressores são chefes e colegas de trabalho, familiares, agentes públicos e até policiais. E o local mais citado para práticas discriminatórias foi justamente onde deveriam receber apoio: instituições públicas como INSS, CRAS e CREAS, revelando falhas sérias na prestação de serviços. Esses dados demonstram que, mesmo após décadas de vida, o estigma contra pessoas LGBT+ persiste e se reinventa. A velhice, longe de ser um espaço de descanso ou reconhecimento, pode se tornar um novo campo de exclusão.

Saúde negligenciada

A pesquisa revela ainda um abandono preocupante no campo da saúde. Mais de um terço das pessoas entrevistadas afirmaram não procurar atendimento médico há muito tempo, e 43,8% recorrem às UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) como principal via de cuidado, indicando a inexistência de acompanhamento contínuo e preventivo.

A falta de preparo das equipes médicas para lidar com questões de diversidade também é evidente: em 81,3% dos casos, os profissionais não perguntaram sobre sexualidade ou identidade de gênero, e muitos dos entrevistados preferiram ocultar ou foram obrigados a silenciar sobre quem são. Isso mostra uma lacuna na formação profissional e na humanização do atendimento, o que compromete diretamente a qualidade da atenção à saúde da população LGBT+ idosa.

Serviços públicos e invisibilidade institucional

A pesquisa revela que 71,9% dos participantes não utilizam nenhum serviço público voltado a pessoas idosas ou LGBT+, e 12,5% sequer sabem que esses serviços existem. Isso pode significar tanto a ineficácia da política pública quanto a sua total inexistência — o que demanda resposta urgente dos gestores públicos e legisladores.

A ausência de centros de convivência, casas de acolhimento, campanhas educativas e ações direcionadas à velhice LGBT+ contribui para o aprofundamento do isolamento, da negligência e da naturalização da exclusão.

Problemas cotidianos e relações com outras gerações

Quando questionados sobre os principais desafios do dia a dia, os entrevistados apontaram, em primeiro lugar, os problemas de saúde (31,3%), seguidos por isolamento, depressão e solidão (18,8%) e preconceito/violência motivados por identidade LGBT+ (15,6%). Os problemas econômicos também ocupam lugar de destaque (15,6%).

Outro aspecto simbólico do diagnóstico é a percepção de que os jovens LGBT+ se relacionam com os mais velhos com pouca empatia. Para 65,6% dos entrevistados, há uma lacuna geracional, marcada por afastamento, indiferença e falta de solidariedade. Esse dado é importante porque rompe o mito de que a comunidade LGBT+ é sempre unida: há também cisões, exclusões internas e disputas por visibilidade e afeto.

O levantamento realizado pelo GGB expõe uma realidade até então invisibilizada. A população LGBT+ idosa de Salvador enfrenta múltiplas camadas de exclusão — seja pela idade, pela orientação sexual, pela identidade de gênero, pela cor da pele ou pela condição socioeconômica. Esses dados não podem permanecer restritos a relatórios: devem ser transformados em políticas públicas, práticas institucionais e ações concretas de inclusão e cuidado.

A velhice LGBT+ em debate: A geração que abriu caminho

Envelhecer já é, por si só, um desafio em uma sociedade que glorifica a juventude e teme a decadência. Mas para pessoas LGBT+, esse processo assume contornos ainda mais sombrios. Não se trata apenas de rugas e cabelos brancos. Trata-se de sobreviver ao silêncio, ao medo, ao exílio familiar, à violência institucional e à ausência de direitos — e chegar até aqui com a esperança de, enfim, ser reconhecido como sujeito pleno de dignidade.

A geração que hoje atravessa os 60 anos é a mesma que, décadas atrás, viu companheiros morrerem vítimas da repressão ou da AIDS. São corpos que sobreviveram à marginalização, à moral religiosa, ao escárnio público e às políticas do abandono. Pessoas que, mesmo sob risco, ousaram amar, dançar, existir. Que formaram as primeiras organizações, como o próprio GGB, que marcharam nas primeiras Paradas, que escreveram os primeiros manifestos.

Essa geração não teve “influencers” nem hashtags. Teve calçadas, jornais, prisões e portas fechadas. Lutou por cada direito que hoje parece natural: o nome social, o casamento igualitário, a criminalização da LGBTfobia. Nada foi dado — tudo foi conquistado com suor, sangue e coragem.

E, no entanto, ao chegar à velhice, muitas dessas pessoas voltam a enfrentar o armário. Em hospitais, abrigos, serviços públicos e, sobretudo, no silêncio social. A exclusão se renova sob novas formas: solidão, abandono, invisibilidade. Como pode uma sociedade que tanto exigiu desses corpos os trate agora como peso, como sobra?

Mais perverso ainda é o esquecimento dentro da própria comunidade LGBT+. O culto à juventude e ao desejo, a estética da festa e da performance, muitas vezes excluem os corpos envelhecidos. As campanhas publicitárias da diversidade raramente incluem cabelos brancos, rugas, bengalas ou cadeiras de rodas. Não há espaço para a memória viva de quem abriu caminho.

A velhice LGBT+ em debate: A geração que abriu caminho

Mas o que está em jogo aqui não é nostalgia — é justiça. É o reconhecimento de que essas velhices LGBT+ não são resquícios de um passado, mas faróis éticos para o presente e o futuro. São provas vivas de que resistir é possível, mesmo quando o mundo todo nega sua existência.

Ao dar voz a essas pessoas, a pesquisa realizada pelo GGB cumpre uma função histórica: documenta, denuncia, e convoca. Não há futuro digno sem escutar os que vieram antes. Não há juventude segura se não houver cuidado intergeracional. E não haverá democracia real enquanto a velhice LGBT+ continuar sendo silenciada nos planos de saúde, nas políticas públicas, nos centros de acolhimento, nas campanhas institucionais e na própria cultura. Envelhecer fora do armário, com afeto e autonomia, não pode ser exceção nem privilégio. Deve ser uma política. Um pacto coletivo. Uma reparação.

A geração que hoje completa 60, 70 ou 80 anos não quer medalhas nem homenagens ocas. Quer reconhecimento concreto. Quer serviços, acolhimento, visibilidade. Quer viver — não apenas sobreviver.

Essa geração construiu os alicerces da luta LGBT+ no Brasil. Agora, é hora de construirmos, coletivamente, os alicerces de uma velhice com dignidade.

Recomendações Políticas e Jurídicas: Por uma política pública que respeite as velhices LGBT+

Os dados e análises apresentados nesta cartilha revelam que a população LGBT+ idosa enfrenta uma exclusão múltipla: são corpos atravessados por discriminação etária, sexual, de gênero, racial e econômica. Diante disso, o Grupo Gay da Bahia (GGB) propõe um conjunto de recomendações práticas e estruturantes, que visam transformar o diagnóstico em ação política.

Estas propostas têm como base a escuta direta das pessoas LGBT+ com 60 anos ou mais, a análise crítica das ausências nas políticas públicas e a urgência de consolidar uma agenda interseccional para o envelhecimento com dignidade.



Recomendações Políticas e Jurídicas: Por uma política pública que respeite as velhices LGBT+

Revisão e ampliação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)

- a) Incluir explicitamente a população LGBT+ como grupo em situação de vulnerabilidade social.
- b) Estabelecer garantias específicas contra a LGBTfobia institucional em serviços de saúde, assistência e convivência.
- c) Prever atendimento qualificado e humanizado à diversidade sexual e de gênero nos artigos relacionados à saúde, convivência e autonomia.
- d) Criar dispositivos legais para o acolhimento digno em instituições de longa permanência (ILPIs), com formação obrigatória de profissionais para lidar com as singularidades das velhices dissidentes.

Legislação e políticas públicas municipais e estaduais inclusivas

- a) Criar leis estaduais e municipais que reconheçam as necessidades específicas da população LGBT+ idosa e garantam o financiamento de políticas de saúde, assistência e cultura voltadas para esse grupo.
- b) Incluir o recorte LGBT+ em planos e conselhos municipais da pessoa idosa, com participação efetiva da sociedade civil.
- c) Inserir nas políticas de atenção básica em saúde (SUS), nos CRAS/CREAS (SUAS) e em ILPIs públicas e conveniadas protocolos de atendimento inclusivo, não discriminatório e afirmativo.
- d) Implantar casas de convivência ou centros de acolhimento diurno específicos para idosos e idosas LGBT+, com equipe multidisciplinar e suporte psicossocial.

Formação e sensibilização de profissionais

- a) Incluir conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero no envelhecimento nos cursos de formação de profissionais de saúde, assistência social, psicologia, enfermagem e educação.
- b) Realizar capacitações periódicas para profissionais da saúde, da rede socioassistencial e da segurança pública.
- c) Promover campanhas educativas nos serviços públicos com foco em combate ao etarismo e à LGBTfobia institucional.

Recomendações Políticas e Jurídicas: Por uma política pública que respeite as velhices LGBT+

Saúde integral com abordagem interseccional

- a) Garantir o acolhimento humanizado de pessoas LGBT+ idosas nas unidades básicas de saúde (UBS) e UPAs, respeitando identidade de gênero, nome social e privacidade.
- b) Ampliar o acesso à atenção psicossocial e serviços de saúde mental, considerando os altos índices de solidão, depressão e sofrimento psíquico identificados na pesquisa.
- c) Incluir a variável de identidade de gênero e orientação sexual nos prontuários eletrônicos e sistemas de dados do SUS, com consentimento e proteção.
- e) Enfrentamento da solidão, do isolamento e da violência
 - 1) Criar e manter espaços comunitários de socialização, memória e afeto entre pessoas idosas LGBT+.
 - 2) Estabelecer protocolos intersetoriais de acolhimento em casos de abandono, violência familiar ou institucional, com acolhimento em rede e prioridade no acesso à moradia assistida.
 - 3) Garantir atendimento jurídico gratuito e orientação jurídica especializada em casos de violação de direitos, abandono de incapaz, violência patrimonial ou institucional.

Políticas de memória, reparação e pertencimento

- a) Valorizar a trajetória da população LGBT+ idosa por meio de projetos culturais, memoriais, exposições e narrativas públicas que reconheçam sua contribuição histórica.
- b) Incentivar universidades, escolas e centros de cultura a desenvolverem atividades intergeracionais com foco no respeito às velhices dissidentes.
- c) Estimular a produção de livros, documentários, peças teatrais, e registros orais com as memórias das primeiras gerações LGBT+ visíveis no Brasil.

Propostas Prioritárias



Embora todas as recomendações apresentadas sejam importantes, destacamos como prioridades emergenciais:

1. Revisão urgente do Estatuto do Idoso, com inclusão do recorte LGBT+;
2. Criação de centros de convivência e acolhimento específicos para pessoas LGBT+ 60+;
3. Capacitação obrigatória de profissionais de saúde e assistência sobre diversidade no envelhecimento;
4. Adoção de políticas de saúde mental e enfrentamento da solidão com foco nas populações vulneráveis;
5. Inclusão da identidade de gênero/orientação sexual em sistemas de informação pública, respeitando sigilo e autonomia;
6. Aprovação de leis estaduais e municipais que garantam orçamento e estrutura para ações voltadas às velhices LGBT+.

Estas recomendações foram elaboradas com base em escuta ativa, evidências sociais e demandas históricas do movimento LGBT+. Mais do que uma pauta identitária, trata-se de ações que tocam o cerne da cidadania, da dignidade humana e da reparação social.

A omissão diante dessas urgências é uma forma de violência institucional. A implementação efetiva dessas propostas é o mínimo que o Estado brasileiro — em suas três esferas — deve a uma geração que resistiu, construiu e agora exige reconhecimento.

Conclusão

ENVELHECER FORA DO ARMÁRIO É UM DIREITO

A travessia da velhice não deveria ser uma sentença de invisibilidade. Para a população LGBT+, que já enfrentou o silêncio da família, a violência nas ruas, o descaso das instituições e o abandono das políticas públicas, chegar aos 60, 70 ou 80 anos é, por si só, um ato político e uma prova de resistência histórica.

O que esta cartilha apresenta — com base em dados inéditos, escutas qualificadas e análise crítica — não é apenas um retrato estatístico de uma parcela esquecida da sociedade. É, sobretudo, uma convocação.

Convocação para que o Estado reconheça, atue e repare. Para que a sociedade civil abrace, se responsabilize e transforme. Para que a própria comunidade LGBT+ olhe para seus mais velhos com empatia, gratidão e solidariedade.

Estamos diante de uma geração que abriu as portas pelas quais hoje tantas pessoas caminham com liberdade. Uma geração que sofreu para que hoje existam direitos, ainda que precários. Que se expôs quando o mundo só oferecia marginalidade. Que perdeu amigos, amores e famílias. Que fez da dor, política; da exclusão, militância; da vergonha, orgulho.



Conclusão

ENVELHECER FORA DO ARMÁRIO É UM DIREITO

Não é possível que essas vidas, agora marcadas pelas rugas e pela memória, sejam deixadas novamente à margem — nos corredores dos hospitais, nas filas do INSS, nos abrigos indiferentes, nas casas vazias de afeto. Não se trata de caridade. Trata-se de justiça histórica e reparação ética.

Envelhecer fora do armário significa poder amar, existir e ser cuidado sem precisar esconder quem se é. Significa morar com dignidade, acessar serviços com respeito, receber atenção médica sem preconceito, viver em ambientes seguros, manter redes de apoio, contar sua história sem medo de ser silenciado.

Cada dado aqui apresentado grita por políticas públicas específicas, por leis que incluam, por servidores preparados, por casas de acolhimento, por campanhas educativas. Mas também por reconhecimento simbólico: que essas pessoas não sejam apenas estatísticas, mas parte viva da narrativa da luta LGBT+ no Brasil. É preciso transformar esta cartilha em ação, este diagnóstico em política, este chamado em prática. Porque a dignidade na velhice não pode ser privilégio de poucos, nem exceção nos direitos humanos. Ela deve ser regra, lei, estrutura.

Que possamos olhar para nossas velhices com respeito. E que nunca mais alguém precise voltar para o armário para envelhecer.



Sobre o GGB

O Grupo Gay da Bahia (GGB) é a mais antiga organização de defesa dos direitos humanos da população LGBT+ da América Latina. Fundado em 1980, em Salvador (BA), o GGB atua há mais de quatro décadas de forma ininterrupta na promoção da cidadania, do respeito à diversidade sexual e de gênero, e na denúncia das violações cometidas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades dissidentes.

Reconhecido nacional e internacionalmente, o GGB desenvolve pesquisas, campanhas educativas, ações culturais, incidência política e produção de dados estratégicos que alimentam o debate público e subsidiam políticas de enfrentamento à LGBTfobia no Brasil. Ao longo de sua trajetória, o GGB tornou-se referência na sistematização de informações sobre homicídios de pessoas LGBT+, na construção de estatísticas sobre exclusão e violência, e no enfrentamento das múltiplas formas de discriminação.

Além de seu trabalho histórico de militância e denúncia, o GGB tem sido responsável pela elaboração de diagnósticos e materiais educativos sobre saúde, educação, segurança, cultura e envelhecimento LGBT+. Sua sede está localizada na Ladeira de São Miguel, 24, no Pelourinho – Salvador, Bahia.

Nossa Missão

É promover o respeito aos direitos humanos da comunidade LGBTA+ na Bahia, Brasil, combater a LGBTfobia, o racismo e divulgar informações corretas sobre orientação sexual e identidade de gênero, dessa forma, busca construir mecanismos capazes de canalizar recursos materiais para fortalecer a comunidade.

Ajude a manter os trabalhos do Grupo Gay da Bahia

Você pode fazer uma doação em dinheiro/pix

CNPJ 13.220.876/0001-95

Dados Bancários: Bradesco, Ag 0235 Conta 0128260-3

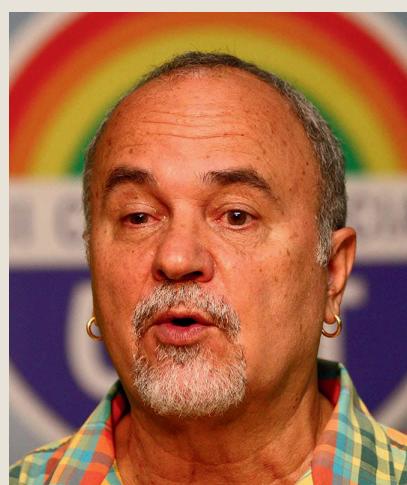
Contatos

(71) 99989-4748

ggbahia@gmail.com

www.grupogaydabahia.com.br

Instagram: @grupogaydabahia



Referências

- BRASIL.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama do envelhecimento no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BUTLER, Judith.** Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRUPO GAY DA BAHIA.** Viver LGBT+ Além (60+): Diagnóstico do Envelhecimento da População LGBT+ de Salvador. Salvador: GGB, 2025. Disponível em:
<https://grupogaydabahia.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- MISKOLCI, Richard.** Desejos modernos: ensaios de sexualidade e teoria queer. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- OROZCO, Amaya Pérez.** Subversão feminista da economia: aportes para um debate sobre o conflito capital-vida. São Paulo: Outras Economias, 2014.
- BEAUVIOR, Simone de.** A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Créditos Técnicos

DIAGNÓSTICO, REFLEXÕES E PROPOSTAS
POR UMA POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA
E ANTIDISCRIMINATÓRIA

Grupo Gay da Bahia
Presidente Marcelo Cerqueira
Vice-presidente Cristiano Santos

Pesquisa e redação sociopolítica Coordenação
Geral
Marcelo Cerqueira

Edição e revisão final
Marcelo Domingos

Design gráfico e diagramação
Edson Cunha Jr (Scarleth Sangalo)

Colaboração e Apoio Pessoas LGBT+
Grupo Quimbanda Dudu
Professor Luiz Mott
® 2025 Grupo Gay da Bahia



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

CÂMARA DE COMÉRCIO
E TURISMO LGBT DO BRASIL



eletromidia

InterPride



GRUPO QUIMBANDA DUDU

